EXECUTAR DECISÕES DO TRIBUNAL

PROCESSO PROCESSO	RESPONSÁVEL	
EXECUTAR DECISÕES DO TRIBUNAL	Coordenação do Cartório de Contas	

OBJETIVO

Assegurar a efetividade e autoridade das decisões do Tribunal de Contas a partir da execução de multas administrativas e multas decorrentes de dano causado ao erário público estadual, garantindo o recolhimento dos créditos oriundos das multas, bem com a restituição de valores ao erário público.				
CLIENTES	INDICADOR		REGULADORES	
 Gestor Jurisdicionado Responsável pela dívida Procuradoria Geral do Estado Cartório de Protesto Secretaria de Fazenda do Estado do Tocantins Entes municipais 	 Índice de processos de acompanhamento de decisão encaminhados à autoridade responsável pela cobrança. Índice de efetividade da arrecadação das multas administrativas. 		 Lei orgânica do Tribunal de Contas. Regimento interno do TCETO. Instruções normativas n° 3/2013 e nº9/2024. Constituição do Estado do Tocantins. 	
EVENTO INICIAL (DE)		RESULTADO (ATÉ)		
Processo com a certidão de trânsito em Julgado (e-Contas).		Recolhimento do débito ou multa, ou o arquivamento por decisão judicial ou administrativa.		
INTERFACES DE Secretaria Geral das Sessões ou Secretarias devedor devedor	<mark>/eĺ/</mark>		Interessado/ Responsável/ devedor	
Processo com a Comprovaçã certidão de trânsito pagament	0 /		Comprovação de pagamento /	



Colaboradores da COCAR, DILIG, SEPLE e MPC.	SEI; TCE Planeja; Mobiliário de escritório; Ativos de informática; E-Contas; ACD; Sistema de Protesto; SIAT; SICOP.
RISCO(S)	OPORTUNIDADES
 Prescritibilidade de pretensões de ressarcimento e punitivas das decisões do Tribunal de Contas. Fragilidade na comunicação processual. 	 Programa de Recuperação de Créditos não Tributários (Refis); Implantação do Domicílio Eletrônico de Contas;

SISTEMAS E EQUIPAMENTOS

Classificação do risco:

EXECUTOR(ES)

MÉDIO BAIXO ALTO **EXTREMO**